



4.5. REGIMENTO DOS ASSOCIADOS

SUMÁRIO

4. Governança.....	3
4.5. Regimento dos Associados.....	3
4.5.1. Objetivos	3
4.5.2. Estatuto Social	3
4.5.3. Órgãos Sociais.....	3
4.5.4. Assembleia Geral.....	4
4.5.5. Diretoria Executiva	4
4.5.6. Conselho Fiscal.....	4
4.5.7. Operações.....	4
4.5.8. São Direitos, Deveres e Obrigações dos Associados	5
4.5.9. Diferenciais aos Associados	5
4.5.10. Requisitos e Critérios para Admissão, Demissão, Eliminação e Exclusão de Associados.....	5
4.5.10.1. Admissão.....	6
4.5.10.2. Desfiliação.....	6
a) Demissão.....	7
b) Eliminação	7
c) Exclusão	8
4.5.11. Capital Social.....	9
4.5.12. Ouvidoria	10
4.5.13. Canal de Denúncias	10
4.5.14. Comunicação com o Associado	11
4.5.15. Considerações Finais	11

4. Governança

4.5. Regimento dos Associados

A Diretoria Executiva da **Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Bombril - COOPERBOMBRIL** diante da responsabilidade que compreende uma sociedade cooperativa, destaca que apesar dos direitos dos associados garantidos por lei, há também as respectivas obrigações, não menos importantes em atendimento às resoluções do Conselho Monetário Nacional CMN – nºs 4.968/21 e 4.606/17.

O associado deve cumprir seus direitos e deveres que estão descritos no capítulo III do Estatuto Social. A **COOPERBOMBRIL** baseado no código civil, artigo 1.095, determina que a responsabilidade dos associados será limitada, como disposto no Estatuto Social, com a observância dos ditames legais.

Este Regimento dos Associados da **COOPERBOMBRIL** visa levar ao conhecimento as particularidades gerais da sociedade da qual faz parte. O associado deve visitar o site <http://cooperbombril.com.br/home> e conhecer a sua cooperativa.

4.5.1. Objetivos

A **COOPERBOMBRIL** tem como premissas básicas o desenvolvimento de programas de poupança, de uso adequado do crédito e a formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

4.5.2. Estatuto Social

O Estatuto Social é o conjunto de normas que regem funções, atos e objetivos e é elaborado para atender às necessidades da cooperativa e de seus cooperados. Este documento estabelece as normas e regras das atividades desenvolvidas pela **COOPERBOMBRIL**. Além disso, visa disciplinar as operações de crédito e a saúde financeira da cooperativa, bem como manter a transparência das ações oferecidas e esclarecer a possíveis dúvidas que possam surgir.

4.5.3. Órgãos Sociais

São órgãos sociais da cooperativa:

- i. Assembleia Geral;
- ii. Diretoria Executiva;
- iii. Conselho Fiscal.

4.5.4. Assembleia Geral

A Assembleia Geral da **COOPERBOMBRIL** é o órgão supremo e dentro dos limites da lei, do Estatuto Social, com poderes para decidir os negócios relativos ao objeto da sociedade e zelar pelo desenvolvimento e defesa da cooperativa, sendo que suas deliberações vinculam a todos, ainda que ausentes ou discordantes. A **COOPERBOMBRIL** é representada por associados e as assembleias poderão ser ordinárias (AGO) ou extraordinárias (AGE).

4.5.5. Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva deve encarregar-se da orientação geral e estratégica de atuação da cooperativa com definição dos objetivos considerando, dentre outros, aqueles que visem perenidade dos negócios. O acompanhamento ao desempenho e resultados da **COOPERBOMBRIL** sempre registrado em documento próprio é fundamental para evidenciar as ações da Diretoria Executiva. O acompanhamento deve ser realizado com base em objetivos previamente definidos e de acordo com o planejamento estratégico cruzando as informações para analisar o alcance das metas e eventuais ajustes que sejam necessários executar.

4.5.6. Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal tem como finalidade certificar que as atividades previstas para a associação, as funções desempenhadas e as operações realizadas pelos responsáveis competentes, os controles operacionais, os registros, as demonstrações contábeis e demais atos e fatos administrativos estão em conformidade com o disposto no Estatuto Social, na legislação e nas normas aplicáveis à **COOPERBOMBRIL**.

4.5.7. Operações

A principal atividade operacional da **COOPERBOMBRIL** são os empréstimos. Para sua concessão, de forma que possa resguardar o capital investido dos associados, serão observadas a política de concessão de crédito onde o cooperado tomará ciência das modalidades e taxas. A política de concessão de crédito leva em consideração o saldo do capital e a capacidade de pagamento dos cooperados para avaliação das solicitações de empréstimos.

Os recursos para a concessão de crédito são oriundos da capitalização mensal dos cooperados. A **COOPERBOMBRIL** comunicará ao RH do Grupo Econômico Bombril S/A os montantes por associado dos empréstimos a serem descontados em folha de pagamento. Os valores serão repassados à cooperativa conforme cronograma de pagamentos da empresa mantenedora, após a efetivação dos débitos na respectiva folha de pagamento.

Casos de cooperados afastados – via INSS por doença ou acidente, visando o equilíbrio de sua saúde financeira, e especificamente com o objetivo a não permitir a inadimplência, o associado poderá solicitar o resgate eventual de capital para pagamento das parcelas mensais do empréstimo. Nessa solicitação o associado indicará o início do seu afastamento anexando o documento comprobatório do INSS. Poderão ser pagas as parcelas mensalmente até que o saldo de capital seja equivalente ao valor da última capitalização realizada. Ao receber alta do INSS e houver o retorno à ativa, cessará o resgate eventual, voltando a parcela ao crédito consignado. A solicitação será encaminhada para análise pela Diretoria Executiva.

4.5.8. São Direitos, Deveres e Obrigações dos Associados

É imprescindível que os associados tomem conhecimento do conteúdo do Estatuto Social da **COOPERBOMBRIL** já que nesse documento consta os direitos, deveres e obrigações dos Associados, bem como os demais itens que apresentam o funcionamento da **COOPERBOMBRIL**.

A isonomia de direito dos associados é assegurada pela cooperativa, que não pode estabelecer restrições de qualquer espécie ao livre exercício dos direitos sociais, nos termos do art. 37, da Lei nº 5.764/71.

4.5.9. Diferenciais aos Associados

Ser sócio de uma cooperativa de crédito tem alguns diferenciais a serem destacados:

- i. A **COOPERBOMBRIL** não tem fins lucrativos;
- ii. Nos montantes de capital, são distribuídos juros ou retornados aos associados conforme o resultado do exercício;
- iii. As sobras são distribuídas ou incorporadas a conta capital de cada associado, após aprovadas em Assembleia Geral;
- iv. Taxas de juros mais baixas do que as praticadas pelo mercado financeiro;
- v. O crédito é facilitado e os empréstimos são concedidos sem burocracia;
- vi. A **COOPERBOMBRIL** pertence ao próprio associado.
- vii. Total privacidade para consulta de limites e simulações de empréstimos, uma vez que todas essas informações estão disponíveis a seus associados através do site <http://cooperbombril.com.br/home> ou aplicativo desde que informe sua senha individual e intransferível.

4.5.10. Requisitos e Critérios para Admissão, Demissão, Eliminação e Exclusão de Associados

No Estatuto Social da **COOPERBOMBRIL** são descritas todas as formas de admissão, demissão, eliminação e exclusão de associados. O intuito desse tópico é de acrescentar detalhes específicos para cada situação.

4.5.10.1. Admissão

Podem associar-se à **COOPERBOMBRIL**:

- i. os empregados do Grupo Econômico Bombril S/A;
- ii. empregados da própria Cooperativa e pessoas físicas que a ela prestem serviço em caráter não eventual, equiparadas aos primeiros para os correspondentes efeitos legais;
- iii. empregados e pessoas físicas prestadoras de serviço em caráter não eventual às entidades associadas à Cooperativa e às entidades de cujo capital a Cooperativa participe, desde que concedam o desconto em folha de pagamento.
- iv. Aposentados que, quando em atividade, atendiam aos critérios estatutários de associação;
- v. Pessoas jurídicas prestadoras de serviço em caráter não eventual ao Grupo Econômico Bombril S/A.

Para associar-se à **COOPERBOMBRIL** o candidato preencherá o formulário de admissão e verificadas as declarações constantes da proposta e aceita esta pela diretoria, o candidato integralizará no mínimo, 5 (cinco) quotas-partes que serão descontadas em folha de pagamento referente ao mês da admissão.

Nenhum associado poderá subscrever mais de 1/3 (um terço) do total de quotas-partes do capital social da **COOPERBOMBRIL**. O valor da cota é de R\$1,00.

Os novos associados serão orientados, também, a consultar todas as informações sobre a **COOPERBOMBRIL** via site da instituição (www.cooperbombril.com.br)

4.5.10.2. Desfiliação

De acordo com os princípios do cooperativismo a adesão é livre, bem como a sua saída.

O associado que se desfiliar da **COOPERBOMBRIL**, não importando o motivo receberá toda sua cota capital, corrigida em até 100% pelo Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) em concordância com os rendimentos pagos pela cooperativa, alcinchado como juros ao capital, conjecturado no art. 7º da Lei nº 130/09 e conforme disposto em seu Estatuto Social.

Consideram-se 03 tipos de desfiliação destacados a seguir:

a) Demissão

O associado da cooperativa deverá formalizar o pedido através de carta de próprio punho, dados pessoais e bancários, com menção dos motivos do desligamento e a respectiva assinatura. Não será necessário colher assinatura da Diretoria Executiva.

1. O associado não poderá ter empréstimo em andamento para solicitar o desligamento;
2. A devolução de capital será feita após aprovação pela assembleia geral, do balanço do exercício em que se deu o desligamento, podendo ser parcelado em prestações mensais em prazos que resguardem a continuidade de funcionamento da sociedade;
3. Os associados que optarem pela demissão voluntária poderão ser readmitidos após o 18 meses após o recebimento de todas as parcelas do seu capital. O associado deverá preencher nova ficha de admissão e o limite de empréstimo será baseado e aplicado com as regras de uma nova admissão, ou seja, adstrito as mesmas regras de um novo associado.

Nota: Havendo a perda do vínculo empregatício no período passa a valer o contido no item **c) exclusão**.

b) Eliminação

A eliminação do associado é aplicada por infração a lei ou ao estatuto social. Além dos motivos de direito, a Diretoria Executiva será obrigado a eliminar o associado que:

- a) exercer qualquer atividade considerada prejudicial à **COOPERBOMBRIL**;
- b) praticar atos que, a critério da **COOPERBOMBRIL**, a desabonem, como emissão de cheques sem fundos em qualquer instituição financeira, inclusão nos sistemas de proteção ao crédito, pendências registradas no Banco Central do Brasil, atrasos constantes e relevantes em operações de crédito e operações baixadas em prejuízo na Cooperativa;
- c) deixar de cumprir com os deveres expostos neste Estatuto Social;
- d) deixar de honrar qualquer compromisso perante a **COOPERBOMBRIL**, ou perante terceiro, no qual a Cooperativa tenha prestado qualquer espécie de garantia pela qual ela seja obrigada a honrar em decorrência da inadimplência do associado;
- e) estiver divulgando entre os demais associados e/ou perante a comunidade a prática de falsas irregularidades na **COOPERBOMBRIL** ou violar sigilo de operação ou de serviço prestado pela Cooperativa.

A eliminação, em virtude de infração legal ou estatutária, será decidida em reunião da Diretoria Executiva e o motivo que a ocasionou deverá constar de termo lavrado na Ficha de Matrícula e assinado pelo presidente, devendo cópia ser remetida ao associado no prazo de 30 dias contados a partir da data da reunião em que ficou deliberada a eliminação.

Visando a apurar os fatos, a intensidade do dolo ou o grau da culpa praticada pelo associado, a Diretoria Executiva se encarregará de abrir imediatamente sindicância e terão prazo de cinco dias úteis, prorrogáveis por mais cinco dias para conclusão e apresentação do parecer.

Comprovado a existência de infração legal, estatutária, normativa ou relativa a ato baixado pela assembleia geral, praticada dolosamente, ferindo os dispositivos legais, a Diretoria Executiva instaurará inquérito administrativo, facultando ao associado ampla defesa.

A instauração do inquérito administrativo será seguida, de pronto, de interpretação ao associado, da qual constará o resumo dos fatos ou atos praticados, concedendo-lhe prazo improrrogável de cinco dias para responder por escrito com as provas que entender pertinente.

Recebida a resposta do associado eliminado, a Diretoria Executiva será convocada pelo presidente para proferir decisão.

c) Exclusão

A exclusão de associado ocorre:

- a)** por morte da pessoa física;
- b)** por incapacidade civil não suprida;
- c)** por deixar de atender aos requisitos estatutários de ingresso ou permanência na **COOPERBOMBRIL (*)**.

(*)Demissão/Desligamento da Empresa Mantenedora

Em caso de desligamento da empresa mantenedora, por qualquer motivo, o capital será devolvido no ato da rescisão contratual em até 12 parcelas, conforme seu fluxo de caixa.

Neste caso a área de RH do grupo BOMBRIL comunicará à **COOPERBOMBRIL** sobre a demissão do associado, sendo que, após o recebimento da informação, tomar-se-á os cuidados necessários para proceder o acerto de contas. Se o saldo for credor procede depósito na conta corrente do cooperado. O saldo devedor será informado ao RH do grupo BOMBRIL para lançamento em rescisão de contrato. Posteriormente a **COOPERBOMBRIL** tomará ciência dos valores que foram compensados na rescisão e tomará as providências para regularização de saldos remanescentes, caso existam.

Não havendo disponibilidade de caixa será vedada a devolução do capital em 1 (uma) parcela, uma vez que poderá prejudicar as operações da **COOPERBOMBRIL** com os seus associados ativos. Nessa situação poderá parcelar em prazos que resguardem a

continuidade de funcionamento da sociedade, a critério da Diretoria Executiva. Tal possibilidade deverá ser observada principalmente na hipótese de demissão em massa promovida pelo Grupo Econômico Bombril S/A.

O cooperado que for excluído deverá procurar a cooperativa no ano seguinte a partir da 2ª quinzena de janeiro para obter informações sobre possíveis valores e datas da devolução.

4.5.11. Capital Social

Para aumento contínuo de seu capital social, o associado obriga-se subscrever e integralizar mensalmente, a partir de sua filiação, o valor de no mínimo R\$ 5,00 e no máximo 30% do de seu salário base.

O valor do saldo de capital do associado responderá sempre como garantia pelas obrigações que o mesmo assumir com a **COOPERBOMBRIL** por operações diretas ou a favor de outro associado.

O total integralizado na conta de capital do associado poderá ser remunerado, nas seguintes bases:

- a) juros até a taxa Selic anual mais o que lhe couber no rateio anual das sobras financeiras do balanço da cooperativa de crédito, sempre levando em conta a decisão assemblear;
- b) será incorporado ao capital do associado e apurado anualmente os valores referentes aos juros ao capital conforme art. 7º da lei complementar nº 130/09 mediante decisão da Diretoria Executiva e conforme o resultado do exercício;
- c) no caso de capital de ex-associados não reclamados no período igual ou superior a 05 anos, a Cooperativa poderá transferir esses valores para a conta da Reserva Legal.

As quotas-partes do capital integralizado responderão sempre como garantia das obrigações que o associado assumir com a **COOPERBOMBRIL** além de definir seu limite de crédito.

O associado não poderá ceder suas quotas-partes de capital a pessoas que não fazem parte do quadro social, nem a oferecer em penhor ou negociá-las com terceiros.

A devolução do capital ao associado demitido, eliminado ou excluído poderá ser feita após a aprovação, pela assembleia geral, do balanço do exercício em que se deu o desligamento, podendo ocorrer, caso haja interesse e possibilidade, a critério da Diretoria Executiva, a antecipação desse valor, mantendo-se, entretanto, a responsabilidade prevista no art. 36 da Lei nº 5.764/71.

Todo associado ao aderir à **COOPERBOMBRIL**, deverá estar ciente de atender ao estatuto social e aos regulamentos internos, portanto, deverá depositar mensalmente em sua conta de capital, um valor, para a formação da sua poupança.

Será descontado automaticamente na folha de pagamento do associado pelas empresas do Grupo Econômico Bombril S/A e repassado à **COOPERBOMBRIL** sempre no último dia útil de cada mês, que encarregar-se-á de efetuar a transferência dos valores para a conta de capital de cada associado.

O cooperado poderá solicitar resgate eventual desde que cumpridos com os requisitos conforme estipulados no item **6.1. Manual de Risco de Liquidez e Capital**. Resumidamente para os cooperados que possuírem saldo de capital excedente a **R\$15.000,00**, descontado o saldo devedor do empréstimo caso tenha, poderá ser resgatado, desde que solicitado pelo associado. Para formalizar a solicitação de resgate o associado deverá apresentar os motivos que o levaram a tal requerimento. As solicitações serão examinadas pela Diretoria Executiva, caso a caso. As aprovações poderão ser realizadas desde que não comprometam a estabilidade econômico-financeira da **COOPERBOMBRIL**. Caso a diretoria defina pelo resgate parcelado o valor mínimo da parcela a ser devolvida será de R\$1.000,00. O associado não poderá possuir inadimplência na cooperativa e haverá um prazo de 24 meses de carência para nova solicitação.

Quando o associado ficar afastado, seja qual for o motivo e seu capital não for integralizado, quando ocorrer o seu retorno às suas atividades, a diretoria da **COOPERBOMBRIL** não exigirá a integralização dos meses de afastamento, já que essa medida poderá comprometer seus ganhos mensais baseado no período desse afastamento.

4.5.12. Ouvidoria

É um canal de comunicação entre a **COOPERBOMBRIL** e o associado para aqueles que já tiveram acesso aos canais de atendimentos habituais e não ficaram satisfeitos com a solução, possam manifestar suas críticas e sugestões para que elas sejam solucionadas com independência, ética e imparcialidade.

A Ouvidoria pode ser acessada pelos associados através do telefone 0800 800 5656 ou pelo site: www.contatoseguero.com.br/ouvidoriafncc.

4.5.13. Canal de Denúncias

O canal de comunicação de indícios de ilicitude / denúncias tem por objetivo acolher as comunicações de empregados, colaboradores, associados/clientes, usuários de produtos e serviços, parceiros ou fornecedores, para reportar situações com indícios

de ilicitude de qualquer natureza, relacionadas às atividades executadas pela instituição.

Para registrar denúncia, o associado deve acessar o sítio www.contatoseguro.com.br/ouvidoriafncc, clicar em “comunicação de indícios de ilicitude” e será encaminhado para o sítio da empresa contratada pela FNCC – Federação Nacional de Cooperativas de Crédito que fará as tratativas do assunto. Na página o associado tem a opção de fazer a sua denúncia anonimamente e anexar documentos para que a investigação seja realizada de forma confidencial.

4.5.14. Comunicação com o Associado

Todos funcionários do Grupo Econômico Bombril S/A, associados e não associados poderão acessar a intranet da **COOPERBOMBRIL**. O funcionário quando é admitido, passa por um processo de integração, e nesse momento, é entregue um material da **COOPERBOMBRIL** com todas as regras.

4.5.15. Considerações Finais

O Regimento do Associado será aprovado e revisado a cada 2 (dois) anos, ou quando houver exigências / alterações dos órgãos normativos pela Diretoria Executiva, da **COOPERBOMBRIL** que deverá assegurar sua divulgação, bem como manter documentação relativa à disposição do Banco Central do Brasil.

Este documento é parte integrante da estrutura de controles internos e gerenciamento de riscos. Estrutura completa no **ANEXO I - ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCOS** destacada no grupo 1. **Estrutura, item: 1.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS.**

Marcus Fraga Rodrigues
Diretor Presidente

João Carlos Dias
Diretor Secretário

Emerson Aparecido Sampaio
Diretor Tesoureiro